

O NEGRO NOS LIVROS DIDÁTICOS DE HISTÓRIA DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL APÓS A LEI 10.639/03

ELZANIR LEANDRO BANDEIRA DA SILVA MONTEIRO

Resumo: O presente texto apresenta parte da pesquisa que investiga como o negro é retratado nos livros didáticos de História dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental adotados nas escolas da rede municipal de Ladário-MS após a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira estabelecidas na Lei 10.639/03. Aborda-se o percurso histórico do livro didático no Brasil e a proposta do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). As análises preliminares apontam que os livros didáticos adotados, apesar de aprovados pelo PNLD, não estão de acordo com a proposta do edital de seleção, pois retratam os negros apenas como pessoas que vieram para o Brasil como escravas e que trouxeram com elas comidas, danças típicas e palavras de mesma origem. O negro não é representado em nenhum outro contexto de trabalho a não ser o trabalho escravo. Busca-se com esse estudo apontar não apenas o fato de que os negros não têm suas imagens valorizadas nos livros didáticos, mas despontar as várias tensões que permeiam esta ocorrência.

Palavras-chave: Cultura afro-brasileira. Livros didáticos. Leis 10.639/2003 e 11.645/2008.

Introdução

De acordo com Rosenberg, Bazilli e Silva (2003) o ensino brasileiro, inclusive os livros didáticos distribuídos gratuitamente nas escolas serviram durante muitos anos para perpetuar preconceitos, reproduzir padrões de cultura, de vida e até mesmo de beleza por muitas vezes estereotipados e equivocados, transmitidos de forma subjetiva em forma de mensagens ideológicas, formando no pensamento dos seus receptores a imagem da cultura perfeita, “[...] representando a cultura dominante como sendo a norma, e as outras culturas como diferentes, problemáticas e, geralmente, também atrasadas” (ROSEMBERG; BAZILLI; SILVA, 2003, p. 128).

Na escola, essas mensagens são preocupantes, pois seus receptores são “[...] crianças em processo de desenvolvimento emocional, cognitivo e social” (MENEZES, 2002, p. 2) que facilmente internalizam estas mensagens discriminatórias que permeiam as relações sociais. Neste contexto a escola, cada vez mais promove a discriminação e o preconceito. Essa situação nos remeteu a algumas questões: qual a abordagem apresentada nos livros didáticos referentes aos personagens negros? Esses livros didáticos exercem alguma violência simbólica referente a discriminação e/ou preconceito?

No presente texto abordamos o percurso histórico do livro didático no Brasil e sua relação com a proposta do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD), parte da pesquisa que

buscou verificar se os livros didáticos de História dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental adotados nas escolas da rede municipal de Ladário-MS fazem referência à raça negra, após a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira estabelecidas nas Leis 10.639/03 (BRASIL, 2003) e n. 11.645/08 (BRASIL, 2008).

Percurso histórico do livro didático no Brasil

Silva (2008) assinala que no Brasil a produção de livros didáticos iniciou em 1808 com a fundação da Imprensa Régia, a primeira editora brasileira, com matriz em Lisboa, Portugal. Foi fundada em função da chegada da Família Real Portuguesa no Brasil, para que pudesse imprimir os documentos oficiais, além de produzir os manuais dos cursos criados por D. João VI. O príncipe regente tomou várias ações quanto à educação da colônia portuguesa. Conduziu a criação de vários cursos superiores, tais como: medicina, economia, química e cursos relacionados ao setor agrícola. Segundo Saviani (2011), o príncipe D. João, inspirado pelas ideias pombalinas, não só criou estes cursos que eram organizados aos moldes das aulas régias, como também idealizou a estrutura educacional, que modo que somente o Estado poderia ministrar a instrução, se contrapondo às ideias religiosas da época.

Em 1822, a Imprensa Régia, que não oferecia boas condições para a produção e publicação de textos didáticos no século XIX perdeu seu monopólio, pois, de acordo com Silva (2008), começaram a surgir editoras particulares. O Império, por sua vez, começou a exportar os livros didáticos para serem usados no Brasil que perdurou até a década de 20 do século XX. Estes livros vinham, em sua maioria, da França, país que inspirava o Império ao liberalismo.

Nos anos 1930, com a gestão de Francisco Campos no Ministério da Educação e Saúde Pública, foi possível a implantação de sete decretos com os ideais da Escola Nova. Para Saviani (2008) a Reforma Francisco Campos, como ficou conhecida estes sete decretos, revelava que este novo governo tratava “[...] a educação como questão nacional, convertendo-se, portanto, em objeto de regulamentação, nos seus diversos níveis e modalidades, por parte do governo central” (SAVIANI, 2008, p. 196).

Contudo, nessa década, o mercado de livros didáticos no Brasil foi aquecido em resultado da expansão do sistema de ensino brasileiro. Conforme Silva (2008, p. 109), dos anos 1930 aos 1960, os livros didáticos tinham algumas características problemáticas, como: maior permanência no mercado, autores brasileiros notoriamente conhecidos como intelectuais da época, linguagem não adaptada às diferentes faixas etárias e era publicado por pouquíssimas editoras.

No ano de 1937, ainda na Era Vargas, a imprensa brasileira também sentiu o forte controle político-ideológico do Estado. Em 1938, o ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, criou a Comissão Nacional do Livro Didático, que segundo Silva (2008, p. 111) tinha como objetivo “[...] estabelecer condições para produção, importação e utilização do livro didático”, mas acabou controlando o livro didático no aspecto político-ideológico, do que no aspecto didático.

A autora ressalta que no ano de 1945 a comissão Nacional do Livro Didático tentou resolver os problemas com relação à produção dos livros didáticos, deliberando sobre os processos de autorização para adoção de livros didáticos, bem como a utilização e substituição dos mesmos, cuidando com a especulação comercial. Contudo os problemas continuaram até a década de 1960.

A partir dos anos 1960, com a democratização do ensino, a expansão da rede pública e o acesso das camadas populares às escolas, os livros didáticos sofreram modificações. Passaram a ser escritos por professores especialistas no que estavam escrevendo e tiveram o seu custo barateado, para atender uma demanda muito maior de estudantes, uma vez que o governo brasileiro passou a subsidiar a produção dos livros didáticos. Esse momento é descrito por Gatti Júnior (2005, p. 382) como sendo um período de transição dos manuais escolares para os livros didáticos, pois os livros passaram a ser adaptados para o contexto escolar, e para os novos agentes que ocupavam os bancos escolares.

Com o evento do Golpe Militar de 1964, e conseqüentemente o período militar ditatorial, o governo criou a Companhia Nacional de Material de Ensino, que segundo Silva (2012, p. 809) tinha como objetivo a publicação e distribuição de materiais didáticos. Em 1966 criou-se também a Comissão de Livros Técnicos e do Livro Didático (COLTED) que em parceria com o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL) e a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) tinha como objetivos o incentivo, avaliação, orientação, coordenação, execução das atividades propostas do Ministério da Educação e Cultura (MEC) que estavam relacionadas à produção, edição, aprimoramento e distribuição de livros técnicos e didáticos. A COLTED com seus parceiros conseguiram distribuir 51 milhões de livros nos três anos seguintes à sua criação e, segundo Silva (2008, p. 111) compraram livros obsoletos para evitar a falência de algumas editoras.

A seleção e compra dos livros didáticos e técnicos ocorriam da seguinte forma: a COLTED enviava uma lista dos livros já publicados para o MEC, o MEC por sua vez escolhia uns livros para serem reescritos, as editoras escolhiam os autores e logo os títulos eram aprovados e comprados pelo MEC.

Em 1971 com o fim da parceria do MEC com a USAID, foi criado o Programa do Livro Didático (PLID), sob responsabilidade do Instituto Nacional do Livro. Segundo Silva (2008, p. 111) o PLID tinha a função gerencial e administrativa os recursos financeiros para a compra de livros, e chegou-se à conclusão de que seria preciso a participação financeira dos estados para realizar tal compra.

Nesse sentido, a autora assinala que em 1976 foi criada a Fundação Nacional do Material Escolar (FENAME), esta instituição assumiu o PLID e tinha como suas atribuições:

Formular programa editorial; Executar os programas do livro didático; definir diretrizes para a produção de material didático e assegurar sua distribuição; cooperar com instituições educacionais, científicas e culturais, públicas e privadas, na execução de objetivos comuns (SILVA, 2008, p. 111).

A autora destaca, ainda, que como consequência da carência de financiamento dos livros didáticos por parte de alguns estados, a maioria das escolas públicas municipais foi excluída do programa.

Em 1983, foi criada a Fundação de Apoio ao Estudante, com objetivo de ajudar as secretarias do MEC a desenvolverem programas que dessem assistência aos estudantes, como o Programa do Livro Didático – Ensino Fundamental (PLIDEF). Para Silva (2008), este programa resultou na proposta de participação dos professores na escolha dos livros e ampliação do PLIDEF para as demais séries do ensino fundamental, pois este programa só abrangia a primeira e a segunda série do Ensino Fundamental.

Com a redemocratização do Estado brasileiro, em 1985, foi instituído pelo MEC o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) a cargo da Fundação de Apoio ao Estudante, programa que é vigente até hoje. Na sua origem tinha como objetivos:

Disponibilizar guias de livros didáticos para a indicação dos professores.
Implantação de bancos de livros didáticos e reutilização dos livros.
Universalização do atendimento. Inicialmente a todos os alunos de 1º e 2ª séries. Posteriormente às oito séries do 1º grau (SILVA, 2008, p. 111).

Universalizar a distribuição de livros didáticos para as escolas públicas e comunitárias de todo o país já não era uma tarefa fácil, ainda mais quando se tratava das escolhas dos milhares e diversos professores espalhados pelo país. Logo as editoras viram no PNLD um mercado consumidor em expansão, dessa vez teriam que ser aprovados não só pelo MEC, mas também pelos professores. Para tanto, a autora afirma que as editoras começaram a traçar melhores estratégias de marketing, tendo os professores como foco para conquistarem maior número de escolhas.

Desde 1996, o PNLD passa a ser responsabilidade do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, este órgão tem a função de “[...] avaliar livros didáticos disponibilizados e elaborar catálogos com classificação para a escolha pelos professores” (SILVA, 2008, p. 111). O processo seletivo do PNLD funciona atualmente com uma equipe de professores pesquisadores de diversas universidades públicas e professores da educação básica que emitem pareceres acerca dos livros didáticos e produzem resenhas sobre cada coleção aprovada para participar das edições trienais do programa. Estas resenhas são publicadas para direcionarem as escolhas dos livros didáticos realizadas pelos professores a cada três anos.

Os professores de cada estabelecimento de ensino deveriam poder escolher e solicitar novos títulos, no entanto Gatti Júnior (2005, p. 389) infere que “[...] não é a totalidade da população que frequenta a escola no Brasil que tem acesso aos livros escolares solicitados pelos seus professores”, revelando que apesar dos altos investimentos, ‘ouvir o professor’ se tornou uma etapa a ser cumprida, mas não atendida.

De acordo com Silva (2008), as avaliações dos livros didáticos iniciadas no ano de 1996 revelaram que a maioria dos livros de várias disciplinas apresentavam:

[...] erros conceituais; desconhecimento de avanços teóricos; predomínio de exercícios mecânicos; uso inadequado da escrita e ilustrações; estereótipos de raça, gênero, idade, classe social e/ou religião; omissão e ausência de dados sobre autores. Edição, fontes; inadequação de tipo de papel e encadernação (SILVA, 2008, p. 113).

No entanto, os livros que não estavam de acordo com os critérios de avaliação, foram classificados pelo MEC como sendo ‘não recomendado’, mas ainda permaneceram na lista de escolhas dos professores. As editoras responsáveis pelos livros foram avisados do resultado da avaliação, mas em 1999, os livros didáticos que ainda continuavam na categoria não recomendados foram eliminados.

A partir de 1999, os critérios de eliminação dos livros didáticos passaram a ser três: “[...] correção dos conceitos e informações básicas, correção e pertinência metodológicas, contribuição para a construção da cidadania” (SILVA, 2008, p. 117).

O livro didático do PNLD de História como objeto de análise

A opção do livro didático como objeto de análise justifica-se por considerá-lo um instrumento didático auxiliador da prática profissional, que trás implicitamente, em sua finalidade, uma concepção pedagógica. Também por entendermos como um auxiliador da prática do professor, como um recurso didático permanente no ensino e aprendizagem. E,

principalmente, promovido na maioria pelo governo brasileiro, com a proposta de auxiliar o professor na busca de uma prática pedagógica ‘inclusiva’. Uma vez que teoricamente, segundo o edital do PNLD 2010 (BRASIL, 2007), os professores têm autonomia para escolher os livros que o auxiliarão em sua prática, logo, os professores deverão atentar para a diversidade cultural prevista na LDB 9.394/96 (BRASIL, 1996), bem como pelas legislações complementares.

Dessa forma, a obra didática não pode, em hipótese alguma, veicular preconceitos, estar desatualizada em relação aos avanços da teoria e prática pedagógicas, repetir padrões estereotipados ou conter informações erradas, equivocadas ou superadas pelo desenvolvimento de cada área do conhecimento – sejam sob a forma de texto ou ilustração [...] (BRASIL, 2007, p. 28).

De acordo com Rosemberg, Bazzilli e Silva (2003), o trabalho com as crianças deve ser objetivado para a convivência das diferenças étnicas e não para uniformizar, pois da mesma forma respeitosa e significada com que nos remetemos aos brancos europeus, deveríamos nos remeter aos negros, da mesma forma aos ciganos, asiáticos e outras etnias. No contexto atual, os brasileiros não são educados para o multiculturalismo evidente em nossa sociedade, que geralmente querem deixá-lo latente, mas é manifestado em ações sutis e preconceituosas em relação aos diferentes. Tais ações refletem nos índices educacionais, registra-se que a população negra é menos escolarizada, com relação à branca, isto é, as formas de preconceito segregam até mesmo o acesso e a permanência de algumas pessoas nas escolas. Esses dados constam no documento das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2004), evidenciando que:

Pessoas negras têm menor número de anos de estudos do que pessoas brancas (4,2 anos para negros e 6,2 anos para brancos; na faixa etária de 14 a 15 anos, o índice de pessoas negras não alfabetizadas é 12% maior do que o de pessoas brancas na mesma situação; cerca de 15% das crianças brancas entre 10 e 14 anos encontram-se no mercado de trabalho, enquanto 40,5 das crianças negras, na mesma faixa etária vivem nessa situação (BRASIL, 2004, p. 7).

Portanto, a discriminação e o preconceito como ato além de violento e perverso, desencadeia uma série de estímulos dolorosos “[...] que retira do sujeito toda possibilidade de reconhecimento e mérito” (MENEZES, 2002, p. 10). Nesse caso, a melhor opção é se misturar com outra “cor” para se tornar mais aceitável, o chamado ‘mito da democracia racial’, que para Rosemberg, Bazzilli e Silva (2003), foi uma prática muito aceita com recurso pedagógico brasileiro, a fim de ensinar as crianças que não existe mais o negro africano e o

indígena autóctone, o que passa a existir são apenas os resultados dos cruzamentos étnicos entre os brancos e índios que resultam no mameluco; brancos e negros que resultam no mulato; e o negro com o índio resultando no cafuzo. Tal mito foi baseado “[...] em critérios como aparência e de intensa miscigenação, acarretando um alto índice de população mestiça, foi e ainda é um elemento de sustentação” (SKIDMORE, 1991 apud ROSEMBERG; BAZILLI; SILVA, 2003, p. 7). Tal conceito foi apresentado como mito por ser apenas um modo de operação da ideologia racista, pois branqueando a população, miscigenando, a sociedade aceita melhor aquele que apesar das heranças genéricas são descendentes de brancos, mesmo que em parte (ROSEMBERG; BAZILLI; SILVA, 2003).

Ao analisar o livro didático de História adotado nas escolas temos a hipótese, baseada na Lei 10.639/03, que este tenha se libertado da escravidão do serviço cego à elite, e que agora o livro seja proposto para trabalhar para quem ele é destinado, os alunos de rede pública, fazendo com que estes reflitam sobre os conflitos que existiram e que legitimaram a formação da sociedade brasileira.

Nesse contexto, para cumprir o papel proposto nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, os livros e os materiais didáticos para diferentes níveis e modalidades de ensino devem abordar:

[...] a pluralidade cultural e a diversidade étnico-racial da nação brasileira, corrijam distorções e equívocos em obras já publicadas sobre a história, a cultura, a identidade dos afro-descendentes, sob o incentivo e supervisão dos programas de difusão de livros educacionais do MEC – Programa Nacional do Livro Didático - PNLD e Programa Nacional de Bibliotecas Escolares - PNBE (BRASIL, 2004, p. 25).

As recomendações feitas aos editores que se candidataram ao processo licitatório do ano de 2010 para a avaliação e seleção dos livros didáticos aos alunos das séries iniciais do ensino fundamental, com relação aos negros, foram as seguintes:

Promover positivamente a imagem de afro-descendentes e descendentes das etnias indígenas brasileiras, considerando sua participação em diferentes trabalhos e profissões e espaços de poder; Promover positivamente a cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sociocientíficos; Abordar a temática das relações étnico-raciais, do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando à construção de uma sociedade anti-racista, justa e igualitária (BRASIL, 2010, p. 29).

Tais exigências feitas aos editores dos livros nos animam a encontrar bons materiais na escola. Contudo, sabemos que quando falamos em processo educacional, bons materiais não significam garantia de bons trabalhos, uma vez que a prática pedagógica e a concepção do

professor sobre essa questão irão contribuir de alguma forma, ou não, para a minimização da discriminação.

Dessa forma, nos mobilizamos a investigar a situação atual dos livros didáticos e mapear possíveis avanços na elaboração desse instrumento pedagógico a fim de discutir preconceitos que podem ter sido formulados e fortalecidos nas escolas. Com as discussões promovidas pelos livros didáticos que objetivem a reflexão sobre a formação da sociedade brasileira, a educação para a diversidade cultural e a conseqüente transformação da escola num espaço onde os diferentes possam conviver e serem respeitados em suas idiossincrasias, em suas características culturais.

Com a realização desse estudo buscamos encontrar nos livros didáticos, negros transitando livre dos preconceitos e fora do contexto de datas comemorativas, explicitando a história e a trajetória perversa que os tornaram minorias sociais. Mostrando o processo histórico e o caráter ideológico do dia de sua libertação, que não ocorreu no dia 13 de maio de 1888, pois eles se tornaram ‘livres’ diante da lei, mas continuaram à margem e sem direitos de cidadania. Pois estas utopias estão presentes nos ‘princípios e critérios para a avaliação de obras didáticas’ do PNLD 2013. Os livros, assim como no edital do PNLD 2010, tinham que apresentar as seguintes perspectivas a respeito da sociedade e a educação das relações etnicorraciais:

[...] promover positivamente a imagem de afro-descendentes e descendentes das etnias indígenas brasileiras, considerando sua participação em diferentes trabalhos, profissões e espaços de poder; - promover positivamente a cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros, dando visibilidade aos seus valores, tradições, organizações e saberes sociocientíficos, **considerando seus direitos e sua participação em diferentes processos históricos que marcaram a construção do Brasil, valorizando o caráter multicultural da nossa sociedade;** - abordar a temática das relações étnico-raciais, do preconceito, da discriminação racial e da violência correlata, visando à construção de uma sociedade antirracista, solidária, justa e igualitária (BRASIL, 2011, p. 27, grifos nosso).

Sinalizamos com o grifo acima a mudança existente entre o edital do ano de 2010 e o de 2013, pois houve avanço no ano edital do PNLD 2013, porque este afirma que os livros tem que explicitar os direitos conquistados pela cultura afro-brasileira, bem como a sua participação em diferentes processos históricos da construção do Brasil e reafirma a valorização da cultura afro-brasileira para nossa sociedade.

O edital do PNLD 2013 aponta que dos editores devem se preocupar em observar os princípios éticos e democráticos que são considerados essenciais para o convívio social. Dentre eles está a não veiculação de “estereótipos e preconceitos de condição social, regional,

etnicorracial, de gênero, de orientação sexual, de idade, ou de linguagem, assim como qualquer outra forma de discriminação ou de violação de direitos” (BRASIL, 2011, p. 29). A violação deste princípio acarretaria na exclusão da obra do PNLD 2013.

No que diz respeito às ilustrações, foi recomendado que os editores deveriam “[...] retratar adequadamente a diversidade étnica da população brasileira, a pluralidade social e cultural do país” (BRASIL, 2011, p. 31).

Especificamente para o livro didático de História, nosso objeto de análise, o PNLD 2013, apresenta uma perspectiva moderna sobre este instrumento didático, considerando que uma boa obra didática auxilia professores e alunos apresentando uma metodologia da produção do conhecimento histórico, mas só terá o efeito desejado se estiver adequada ao nível de escolaridade a que se destina. Os efeitos esperados com o uso dos livros didáticos de História que foram selecionados são:

Nesse segmento de ensino fundamental, o livro didático deve, também, contribuir para o desenvolvimento dos conceitos de História (escrita e vivida), fonte, memória, acontecimento, sequência, encadeamento, períodos, fato, tempo, simultaneidade, ritmos de tempo, medidas de tempo, duração, sujeito histórico, espaço, escala, historicidade, identidade, semelhança, diferença, contradição, continuidade, permanência, mudança, causa, ficção, narrativa, verdade, ruptura, explicação e interpretação. (BRASIL, 2011, p. 43).

Sobre os livros regionais, serão veiculados nos 4º e 5º anos do Ensino Fundamental, com volume único para os dois anos. O PNLD 2013 prevê que estes atendam às demandas das comunidades locais, contemplando a História e Geografia de uma região.

Além dos critérios explicitados anteriormente, os autores dos livros didáticos regionais também têm que seguir outros critérios específicos, que se negligenciados poderiam excluir o livro da seleção de livros para serem escolhidos pelos professores das escolas. Os principais equívocos que não poderão ocorrer nesses livros são:

[...] não explicitar os conceitos de local e/ou região empregados na obra; · interpretar a realidade regional de forma estereotipada, classificando identidades locais como superiores ou inferiores, veiculando regionalismos xenófobos e estimulando o conflito entre formações sociais que tiveram trajetórias marcadamente diferenciadas; · abordar a experiência regional isoladamente, sem levar em conta as suas interrelações com processos históricos em macroescala, na longa duração, ocorridos para além das fronteiras regionais; · abordar a experiência local, apenas, como repetição abreviada de processos históricos em macroescala, ocorridos para além das fronteiras regionais; · abordar a experiência local, apenas, em seus traços pitorescos e anedóticos, assemelhando o livro didático a um roteiro para a visita turística (BRASIL, 2011, p. 44).

A atenção aos critérios acima permitirá com que os alunos que utilizarão livros didáticos regionais possam se identificar com a História e as histórias de sua própria região.

Considerações Finais

As análises preliminares desse estudo em andamento apontam que os livros didáticos adotados pelas escolas da rede municipal de Ladário-MS, apesar de aprovados pelo PNLD, não estão de acordo com a proposta do edital de seleção do PNLD, pois retratam os negros apenas como pessoas que vieram para o Brasil como escravas e que trouxeram com elas comidas, danças típicas e palavras de mesma origem. Não é retratado nos textos e imagens quem são os negros hoje e sua participação na cultura. Infelizmente as palavras ‘escravo’ e ‘negro’ são utilizadas como sinônimas, como se ser negro fosse necessariamente subordinado a um regime de trabalho forçado e sem remuneração. O negro não é representado em nenhum outro contexto de trabalho a não ser o trabalho escravo. Dessa forma, podemos inferir que os livros didáticos continuam violando o direito das crianças que utilizam estes livros, pois elas certamente não são representadas pelas imagens depreciativas veiculadas nos livros.

Dez anos após a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira nas instituições de ensino brasileira, é importante discutir os avanços e as potencialidades dos livros didáticos, pois, apesar dos avanços tecnológicos e conceituais sobre do livro didático ‘ideal’ expresso no PNLD, há livros que ainda são analógicos e não promovem o pensamento crítico nas crianças. As relações étnico-raciais, retratadas nos livros envolvem situações de tensões, devido ao contexto do trabalho escravo, portanto não visam à construção de uma sociedade antirracista, solidária, justa e igualitária.

Referências:

BRASIL. Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Poder Executivo, Brasília, DF, 27 set. 1990.

_____. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, v. 134, n. 248, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27834-27841. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 02 nov. 2010.

_____. Lei Nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília: MEC. 2003.

_____. Resolução Nº 1, de 17 de junho 2004. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-

Brasileira e Africana. **Diário Oficial da União**, Brasília, 22 de junho de 2004, Seção 1, p. 11, 2004.

_____. Lei Nº 11.645, de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. **Diário Oficial da União** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso em: 02 de nov. 2010.

_____. **Edital de convocação para inscrição no processo de avaliação e seleção de obras didáticas para o programa nacional do livro didático PNLD 2010**. Brasília: MEC/FNDE/SEB, 2007. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-editais/item/3014-editais-antecedentes>>. Acesso em: 02 de nov. 2010.

_____. **Edital de convocação para o processo de inscrição e avaliação de obras didáticas para o programa nacional do livro didático – PNLD 2013**. Brasília: Ministério da Educação/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2011. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/programas/livro-didatico/livro-didatico-editais/item/3014-editais-antecedentes>>. Acesso em 07 out. 2013.

GATTI JÚNIOR, Décio. Entre políticas de Estado e práticas escolares: uma história do livro didático no Brasil. In: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (Orgs.). **Histórias e memórias do Brasil**. v. 3 – Sec. XX. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 379 – 400.

MENEZES, Waléria. **O preconceito racial e suas repercussões na instituição escolar**. 2002. Disponível em: http://www.fundaj.gov.br/licitacao/preconceito_racial.pdf. Acesso em: 04 de nov. 2010.

ROSEMBERG, Fúlvia; BAZILLI, Chirley; SILVA, Paulo Vinícius Baptista. Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate: uma revisão da literatura. **Educação e Pesquisa**. São Paulo: USP, v.29, n.1, p. 125-146, jan./jun. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v29n1/a10v29n1.pdf>>. Acesso em: 22 Out. 2010.

SAVIANI, Demerval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SILVA, Paulo Vinicius Baptista. Produção de livros didáticos no Brasil. In: _____. **Racismo em livros didáticos**: estudo sobre negros e brancos em Livros de língua Portuguesa. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 107-135.